



# A realidade do Ensino Médio do campo no contexto da Educação das Relações Étnico- Raciais

## The reality of middle school education in the context of education of ethnic- racial relations

***Luana Lima Bittencourt Silva***

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
luanna.llb@gmail.com

***Mary Weinstein***

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
maryweinstein@gmail.com

**DOI: 10.22481/odeere.v4i8.5704**

**RESUMO:** O racismo é um dos problemas sociais que mais interferem nas relações cotidianas do ser humano, principalmente, no que diz respeito à população negra. Esse problema implica em sérias consequências no convívio entre as pessoas, gerando a necessidade de que intervenções sejam realizadas em âmbitos sociais para consciência e respeito mútuo, reconhecendo e valorizando diferenças raciais. A Educação das Relações Étnico-Raciais, que tem

como pilar a Lei 10.639/2003, é uma das bases para que a temática étnico-racial possa ser discutida na escola como forma de combate à práticas retrogradadas de racismo e ideologias de superioridade de raças. Esse estudo de caso, realizado no interior da Bahia no Ensino Médio, teve como objetivo entender como tem sido a abordagem étnico-racial no ambiente e sua influência no cotidiano dos envolvidos. Observou-se que alunos e educadores têm percepções diferentes sobre o tratamento despendido ao negro no ambiente escolar; que a escola não tem feito inferências significativas sobre a temática; que falta conhecimento sobre as diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais; dentre outros. A partir dos achados verifica-se que faltam intervenções educacionais e formação profissional para abordagem discursiva e prática sobre a temática racial no ambiente.

**Palavras-chave:** Educação; Ensino Médio; Relações Raciais; Racismo.

**ABSTRACT:** Racism is one of the social problems that most affect day-to-day human relations, especially with regard to the black population. This problem entails serious consequences in the conviviality between people, generating the need for interventions to be carried out in social areas for awareness and mutual respect, recognizing and valuing racial differences. The education of racial-ethnic relations, which has as its pillar the law 10.639/2003, is one of the bases for ethnic and racial issues can be discussed in school as a way of combating retrogrades practices of racism and ideologies of racial superiority. This case study, carried out in the interior of Bahia in high school, aimed to understand how has been the ethnic-racial approach in the environment and your influence in the daily life of those involved. It was observed that students and educators have different perceptions about the treatment taken to black in the school environment; the school has not done significant inferences about the subject; they lack knowledge of the guidelines for the education of racial-ethnic relations; among others. From the findings that lack educational and training assistance to discursive and practical approach on racial issues in the environment.

**Keywords:** Education; High School; Race Relations; Racism.

## 1. INTRODUÇÃO

O racismo é um dos desafios sociais ainda existentes na atualidade. Baseado na aversão a um indivíduo por causa de sua cor de pele e características estéticas constroem-se situações de preconceitos, discriminação e violência (física, psicológica e/ou simbólica) para com estes. O cotidiano de muitos indivíduos é afetado de forma drástica por pensamentos racistas que interferem nas relações sociais causando diferenciação na forma como são observados e tratados, resultando por sua vez em consequências que incluem, dentre outros, exclusão no mercado de trabalho e nos diversos ambientes sociais.

Os negros ainda são os que mais se deparam com esse tipo de barreira na sociedade, tendo em vista toda a construção histórica e discursiva sobre estes no decorrer do tempo. Assim, políticas e ações afirmativas destinadas ao respeito e valorização dos negros têm sido constituídas ao longo do tempo. Uma destas é o estabelecimento, no Brasil, da lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de educação básica e as diretrizes para o ensino da educação das relações étnico-raciais nessas escolas, com foco no enfrentamento do racismo e do respeito à diversidade nas relações sociais.

A educação das relações étnico-raciais, de acordo com Silva<sup>1</sup> (p. 490), possui foco na formação de cidadãos que busquem promover a igualdade “no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais”. Dessa forma, entende-se a importância de que a temática étnico-racial esteja presente nas discussões cotidianas da sala de aula, sendo inserida no contexto educacional e intermediada por educadores que busquem conscientizar os alunos sobre as consequências do racismo, sua origem e suas bases socioculturais, como forma de combate aos pensamentos e às práticas carregadas de preconceito e estigmatização racial.

Para composição deste artigo, a educação das relações étnico-raciais foi analisada através do estudo de caso no ensino médio do município de Belo Campo, na Bahia, a fim de compreender qual a realidade e vivência escolar

---

<sup>1</sup> SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Educação**, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007

diante da obrigatoriedade da inserção da discussão étnico-racial na Educação Básica.

Belo Campo, município situado na Bahia, está inserido no território identidade de Vitória da Conquista e encontra-se a 567 km de Salvador. A cidade é pequena, com uma estimativa populacional de 17.317 habitantes, conforme o IBGE<sup>2</sup>, com Índice de Desenvolvimento Humano de 0,575. O povoado do Timbó, região rural da cidade de Belo Campo, foi escolhido como lócus do estudo devido à sua particularidade em ofertar o único Ensino Médio do campo no município.

Para composição deste estudo, oitenta e nove alunos do Ensino Médio da unidade escolar, setenta e seis alunos das três séries desta modalidade participaram da pesquisa através de questionário e 24% através de entrevista pessoal. Além destes, nove educadores fizeram parte da pesquisa através de entrevistas pessoais. Desta forma compôs-se esse artigo que foi dividido em duas sessões, sendo a primeira uma discussão teórica e a segunda a análise dos dados e relatos apresentados pelos respondentes.

## 2. DISCUSSÃO TEÓRICA

### 2.1. CONSTRUÇÕES SOBRE O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

No catolicismo, a moral cristã era preservada através do disfarce de que a escravidão seria benéfica ao negro, que em condição de inferioridade deveria curvar-se ao branco, devendo aceitar seu destino divino<sup>3</sup>. A posição superior dos brancos era defendida pela Igreja Católica devido à conveniência que isso lhe trazia<sup>4</sup>.

Na Bíblia a ideia de escravidão no antigo testamento é vista como natural, dando, até mesmo, recomendações para aquisição e tratamento, devendo estes

<sup>2</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Estimada de Belo Campo, 2018**. Acessado em: 01/02/2019

<sup>3</sup> CALASANS, Bruna Santos; SANTOS, Elisane Alves; CRUZ, Franciele Viana; SANTOS, Mateus Gonçalves Ferreira; ARAÚJO, Maria do Carmo. Democracia racial e a estigmatização do negro na mídia e na sociedade brasileira. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Natal - RN – 2 a 4/07/2015.

<sup>4</sup> TEIXEIRA, Erika Ferraz; CAMPOS, Josué de; GOELZER, Marlene Márcia. **A permanência do racismo na sociedade brasileira**. 2014. Disponível em < <http://www2.seduc.mt.gov.br/-/a-permanencia-do-racismo-na-sociedade-brasilei-1>>.

serem de nação estrangeira<sup>5</sup>. Sendo a Igreja como regente dos valores da época, sua legitimação ao fato de os africanos serem pessoas de menor valor fez com que se perpetuasse a relação de exploração vil que se fazia<sup>6</sup>. De acordo com Guimarães<sup>7</sup> (p. 99),

Realmente, muitos escravocratas e fazendeiros achavam que tinham uma missão civilizadora, que estavam redimindo os filhos de Cã, descendentes daquela tribo perdida, trazendo-os para a civilização cristã, agora, para aprender o valor do trabalho.

A religião católica se manifestou como solidária a “salvar” as almas africanas perdidas, que em seu julgar eram fiéis ao demônio, conduzindo-as a acreditar que o ideal divino era que fossem servos de senhores<sup>8</sup>. Utilizando-se das teorias raciais, as elites e os senhores de escravos, associaram aos negros todas as características ruins que se poderia dotar a um ser, justificando a escravidão e por meio desta conseguindo ascensão<sup>9</sup>. Assim, se firmou a escravidão do negro na nova colônia portuguesa: o Brasil.

Marcados com ferro, como se animais fossem, os negros eram alocados como propriedades de outros homens<sup>10</sup>. Senhores escravistas não se solidarizavam, nem respeitavam o negro como ser humano. Negras grávidas continuavam os trabalhos pesados e sofriam com a falta de alimentação correta. Muitas preferiam o aborto para não ver seus filhos sofrendo com a servidão. As brancas eram preparadas para casar, as negras para a servidão doméstica e sexual<sup>11</sup>.

Ainda para Ferreira<sup>12</sup> (p. 12), “a mulher negra é herdeira de um passado que se atualiza através do preconceito racial, seja por uma série de estereótipos ou de lugares subalternos pré-estabelecidos”. Os negros foram, além de utilizados nas

<sup>5</sup> WEDDERBURN, Carlos Moore. **O racismo através da história: da antiguidade à modernidade**. 2007. Disponível em: <[http://www.ipeafro.org.br/10\\_afro\\_em\\_foco/index.htm](http://www.ipeafro.org.br/10_afro_em_foco/index.htm)>.

<sup>6</sup> ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda. **Uma leitura do racismo à brasileira’ a partir do futebol**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, 2006.

<sup>7</sup> GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

<sup>8</sup> SANTOS, Oswaldo de Oliveira. **Cidadania: expressão do encontro da misericórdia com a verdade**. 2010.

<sup>9</sup> TEIXEIRA, CAMPOS E GOELZER, op.cit, 2014.

<sup>10</sup> BERTOLDO, Mário. O indivíduo negro na sociedade e o papel da escola na desconstrução do racismo. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**, 2014.

<sup>11</sup> FERREIRA, Thaís dos Reis. **A negra: Diálogos entre a obra de Tarsila do Amaral e o feminismo negro**. Centro de Estudos Latino-Americanos, USP, 2017.

<sup>12</sup> FERREIRA, op. Cit, 2017.

lavouras e casas grandes, explorados como ambulantes dividindo seus ganhos com os donos e, também, alugados para terceiros. Deviam a seus senhores, aceitação dos valores brancos e humildade. Assim, precisavam aprender a língua portuguesa e a religião católica, o que gerou, desde cedo, a perseguição às religiões e cultos africanos<sup>13</sup>.

Uma formação histórica e social germinadora de desigualdades e das diferenciações de papéis sociais dos negros na sociedade brasileira. O imaginário do negro como de raça inferior, gerou aversão à sua cultura, religiosidade, costumes e valores<sup>14</sup>. Os discursos de que pertenciam a uma raça limitada permitiram a naturalização das desigualdades raciais<sup>15</sup>. Assim, percebe-se que a construção histórica do Brasil para negros e brancos foi diferente. Desde sempre, esta foi uma história de desigualdade e segregação. Através da vivência da escravidão e da falta de proteção social depois dela. Além da negação do direito sobre si, ao negro negou-se direito à cultivar suas tradições e religiosidade. Na condição de escravo, o negro sofria coerção, opressão e humilhação<sup>16</sup>.

Em 1810 as pressões para o término da escravidão no Brasil, passaram a se intensificar, através do Tratado de Aliança e Amizade, feito por D. João VI com os ingleses. Assim, para concessões político-econômicas, prometeu-se a abolição gradual do trabalho escravo<sup>17</sup>. Apesar de se estabelecerem leis, como a Lei dos Sexagenários e a proibição do tráfico de escravos para o Brasil no decorrer do tempo, mais 78 anos se passariam até o momento em que não se aguentassem mais as pressões e se estabelecesse, legalmente, a abolição da escravidão no país.

Em todo o tempo, a população negra tentou, da forma como podia, se manter resistente. As poupanças para compra de alforrias e os planos de fugas foram exemplos da resistência negra na época escravista<sup>18</sup>. Ainda, os abortos, tentando fazer com que os filhos não tivessem as mesmas condições de vida que elas. Infelizmente, mais de quatro séculos foram necessários para que as

---

<sup>13</sup> BARROSO, Maria Alice. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1988.

<sup>14</sup> CALASANS ET AL, op. cit., 2015.

<sup>15</sup> BERTOLDO, op. cit., 2014

<sup>16</sup> FREITAS, Madalena Dias Silva. Refletir sobre a história do negro no Brasil: uma resposta ao racismo. **II Congresso de Educação** – UEG/UnU Iporá. 2012.

<sup>17</sup> BARROSO, od. cit., 1988

<sup>18</sup> BARROSO, od.cit., 1988

autoridades lhes conferissem o direito que nunca lhes deveria ter sido usurpado: a liberdade e a autonomia sobre si mesmo.

Chegando ao Brasil no século XVI, os negros foram escravizados e oprimidos por seus senhores até o século XVIII. No Brasil, o negro passou a integrar a classe econômica inferior. Com o término da escravidão, a população negra passou a disputar espaço no mercado de trabalho com a população branca pobre e mais tarde com os imigrantes que foram incentivados a vir para o país no novo modelo de produção e com objetivos de estabelecer a eugenia no mesmo<sup>19</sup>.

Depois da abolição, no âmbito trabalhista, passaram a exercer as “tarefas mais pesadas e a ocupar o status social mais baixo” <sup>20</sup> (p. 20). A desigualdade de oportunidades foi enorme. Para o trabalho livre os negros não eram bem vistos, nem mesmos aqueles que fossem brasileiros descendentes destes. Na ideologia da inferioridade racial, negros não tinham aptidão para desenvolver as atividades e não pensavam comercialmente no desenvolvimento futuro, não contribuindo com a lógica da poupança<sup>21</sup>. Não houve ações de defesa e geração de oportunidade à população negra, seja em âmbito social, político ou econômico. Educação, saúde e assistência social lhes foram negadas<sup>22</sup>.

Sendo o maior país escravagista, o Brasil, tardou em se mover para libertar os escravos e depois para tentar mudar a realidade em que os negros viviam. Não houve preocupação em realocar o negro na sociedade após a abolição, nem em sentido social, na relação com os brancos, nem em sentido econômico, no mercado de trabalho<sup>23</sup>.

A legislação brasileira encarregou-se de ser omissa a situação dos negros no país durante longas décadas. Enquanto eram escravos, calou-se, depois de libertos, excluiu-os negando-lhes direito à educação e exigindo-lhes condição de alfabetizados para ter direitos políticos, garantindo à elite branca a dominância do país<sup>24</sup>. Sem bases legais de proteção de igualdade de direitos e deveres, os negros foram excluídos através da omissão da legislação ou através da inclusão de leis

---

<sup>19</sup> BERTULIO, Dora Lucia de Lima. **Racismo, violência e direitos humanos**. 2001.

<sup>20</sup> CAMINO, Leoncio; SILVA, Patrícia; MACHADO, Aline; PEREIRA, Cícero. A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicossociológica. **Revista psicologia política**, 2000.

<sup>21</sup> BERTULIO, od. cit., 2001

<sup>22</sup> BERTOLDO, od. cit., 2014

<sup>23</sup> ABRAHÃO, od. cit., 2006

<sup>24</sup> FREITAS, od. cit., 2012

que os excluía de formas veladas.

A história dos negros no Brasil passou por séculos de silenciamento e manipulação hostil. Estigmatizou-se a população negra, fazendo com que perdessem direitos como seres humanos e como cidadãos integrantes da nação. Assim, colaborou-se para a omissão da história e para a fragmentação da luta por dignidade que muitos negros travaram para se sentirem libertos, de fato<sup>25</sup>. Ainda, de acordo com Freitas<sup>26</sup> (p. 119) “Como não foram estabelecidas políticas para esses negros encontrarem novas moradias, novos trabalhos, restou a competição desigual com os brancos para se inserirem na sociedade.”

O Estado tem responsabilidade pela desigualdade racial que o país possui - desigualdades socialmente comprovadas. Responsabilidade pela construção das mazelas sociais dos negros, desde o momento em que passou a comprar e escravizar os africanos, tendo isso como natural – ainda que sob a dominância dos portugueses -, e responsabilidade pela manutenção do desrespeito e desigualdade após a abolição, momento no qual não se deu nenhum apoio aos negros, ao contrário, apoiou-se a camada branca e rica que teria sido, então, “prejudicada” pelo fim da escravatura. Ainda, pelo ideal de branqueamento desenvolvido como política estatal com o incentivo à imigração no país<sup>27</sup>.

Grande parte da população do Brasil é negra, o que não exclui o preconceito e o racismo como grandes problemas sociais da nação. Tais sentimentos não podem ser vistos sem a historicidade pela qual se escreveu e se formou a sociedade brasileira, que mesmo após a abolição da escravidão continuou a explorar e tratar o negro como se do país não fizesse parte e em tais condições não tivesse direitos, criando maior distanciamento social e econômico entre brancos e negros, mesmo os brancos pobres.

## 2.2. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO

A socialização no espaço escolar é parte do processo formativo. Nesse processo, percebe-se que, muitas vezes, esse ambiente passa a ser reprodutor de

---

<sup>25</sup> SANTOS, od. cit., 2010

<sup>26</sup> FREITAS, od. cit., 2012

<sup>27</sup> CICONELLO, Alexandre. O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial. **Poverty to Power**, 2008.

preconceitos e discriminações que geram consequências na vivência social. Assim, muitos são desvalorizados e excluídos pelos estereótipos que foram construídos historicamente e perpetuados nos âmbitos sociais, dentre eles a escola<sup>28</sup> (BERTOLDO, 2014). Neste contexto e pela própria história de rejeição e omissão do Estado Brasileiro aos negros, diversas leis surgiram em busca da legitimação da luta do movimento negro contra as desigualdades sofridas e pelo racismo enfrentado dia após dia na sociedade brasileira. Dentre tais leis, como a criminalização do racismo e as leis de ações afirmativas, a Lei 10.639/2003 foi um marco para a educação do país no combate à discriminação racial através do conhecimento e reconhecimento da população negra como digna em seus valores, culturas, história e contribuições para a formação da nação.

Sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva foi fruto da demanda de uma população negra, que desde seus ascendentes sofreram psicológica, física, política, social e economicamente. Tal lei traz "o repensar das relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação"<sup>29</sup> (p. 8). Além disso, essa lei reconhece a existência do racismo no Brasil, possibilitando maior visibilidade do tema e, conseqüentemente, maior discussão<sup>30</sup>. Defende-se, através desta, a divulgação e o reconhecimento da diversidade brasileira nos sentido étnico-racial<sup>31</sup>.

A partir dela passou-se a procurar meios que contemplassem cada segmento escolar para abordar a temática de forma efetiva e diferente de como havia sido tratada até o presente momento, tendo os negros como excluídos do processo de formação do Brasil, de seu povo e sua cultura<sup>32</sup>. Há muitos anos, que se questionava, e ainda se questiona, o preconceito para com o negro nos livros didáticos, por exemplo<sup>33</sup>. Contudo, ainda se percebe que apesar da lei, não são

---

<sup>28</sup> BERTOLDO, od. cit., 2014

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Niltania Brito; SANTOS, Arlete Ramos. O conceito de raça e racismo com base na construção Histórico social. **Anais UESC**, 2015.

<sup>30</sup> SILVA, od. cit., 2007

<sup>31</sup> FRANÇA, Ana Carolina Araújo. **Políticas educacionais**: discutindo a efetividade da lei 10.639/03 no Plano Nacional de Educação - 2014-2024. VII jornada internacional de políticas públicas, 2015.

<sup>32</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil** / Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

<sup>33</sup> LONGO, Isis S. **O estigma dos três Ps**: pobre, preto, da periferia. A visão de adolescentes da Comunidade Heliópolis. 2011.

muitos os avanços nessa área, na maioria das escolas brasileiras e livros didáticos.

O Movimento Negro fez com que se notasse a urgência de equidade precisava ser construída no país, a fim de construir a igualdade, reconhecendo e respeitando as diferenças e por elas não segmentando os indivíduos. Assim, reivindicava-se que a educação fosse uma peça-chave na luta pela equidade e que para isso fossem criadas e implementadas políticas educacionais que abrangessem o tema da diversidade étnico-racial em questão<sup>34</sup>. Ao denunciar as diversas situações de racismo no contexto escolar, o Movimento Negro, sempre pregou a necessidade de uma escola democrática, que fosse capaz de reconhecer e tratar a diversidade étnico-racial com valorização e não preconceito<sup>35</sup>.

Não se pode deixar de notar que a lei 10.639 é de grande valia na política educacional de combate ao racismo, para a democracia e para o respeito à diversidade étnico-racial. Percebem-se avanços, mas também a necessidade de melhorias contínuas e graduais. Com tais temáticas na educação, percebe-se uma inversão do caminho que a legislação brasileira pegou ao se omitir e excluir o negro, séculos atrás. Assim, com a lei propõe-se a reflexão, consciência e reconstrução da memória criada sobre a história dos negros<sup>36</sup>.

Ainda, entende-se que a repercussão da lei nas gerações vindouras pode trazer benefícios inúmeros para a população negra, ao gerar consciência sobre as desigualdades, discursos e atitudes impróprias que foram destinadas a estes durante tanto tempo. Ao recontar a história dos africanos e afro-brasileiros por outra perspectiva, que não a dominante racista, cria-se um reflexo favorável ao desaparecimento do racismo e uma sociedade mais preocupada com as questões raciais, a fim de promover mudanças estruturais<sup>37</sup>.

A instituição da Lei 10.639 foi a abertura que se necessitava para que a observância sobre as questões raciais se tornasse notória e discutida no ambiente

---

<sup>34</sup> GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na Educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **ANPAE**, 2010.

<sup>35</sup> BRASIL. Ministério da Educação. **História e cultura africana na Educação Infantil**. Brasília, MEC/SECADI, UFSCar, 2014

<sup>36</sup> COELHO, Mauro Cezar; COELHO Wilma De Nazaré Baía. A lei no. 10.639/03 e consciência histórica: ensino de História e os desafios da Diversidade. XXVI Simpósio Nacional de História. **ANPUH**. Natal, RN, 2013.

<sup>37</sup> WEDDERBURN, Carlos Moore. **O racismo através da história: da antiguidade à modernidade**. 2007.

escolar. Através dela, outras diretrizes educacionais foram estabelecidas para contemplar a temática, dentre elas a instituição da Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica.

A educação das relações étnico-raciais surge como uma proposta para a quebra de paradigmas raciais que se construiu na sociedade ao longo do tempo, fazendo com que o campo escolar promova a ação conjunta para o fim do racismo e dos mitos acerca da inferioridade de raças. Seu maior objetivo é fazer com que haja maior produção e divulgação de estudos sobre a temática, fazendo com que a formação do indivíduo no âmbito escolar eduque para o respeito aos direitos, identidade, cultura e diversidade do outro, a fim de que se estabeleça verdadeira democracia no país<sup>38</sup>. Ainda, segundo o Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno 003/2004, a meta dessa educação é “promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática”.

O conteúdo escolar, durante muito tempo, foi direcionado apenas a retratar o histórico do negro como escravo e sofredor. Nas aulas não se ouviam discursos sobre as contribuições destes nos diversos campos sociais. As referências apresentadas aos alunos sobre o negro eram de negatividade, em sua maioria. Não havia do que se orgulhar de sua ascendência, de seus antepassados. Tais ideias pregadas nas escolas são formadoras de opinião e influenciam de forma direta na perpetuação do racismo. Quando não se tem nada positivo para falar sobre o negro, reforça-se a ideia de que ser negro é ruim<sup>39</sup>.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais demonstram a importância de que a política educacional e as instituições observem e ajam de forma a elaborar e por em prática projetos que gerem a reflexão e consciência de que a temática racial deve ser tratada por todos no espaço escolar, fazendo com que negros se sintam orgulhosos de sua pertença e que tanto negros quanto não negros se respeitem e entendam os valores de cada

---

<sup>38</sup> BRASIL, od. cit., 2014

<sup>39</sup> FARIAS, od. cit., 2014

um, não pautados na cor de pele ou traços da aparência<sup>40</sup>.

Em 2013 foi lançado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O objetivo desse plano é ser um colaborador para o cumprimento dos marcos legais do combate ao racismo pelos sistemas de ensino, tendo em vista que ao completar 10 anos do estabelecimento da lei 10639 ainda se caminhava a passos lentos quanto ao previsto em seu conteúdo<sup>41</sup>.

Como eixos estruturantes, o Plano traz o fortalecimento do marco legal, a política de formação para gestores e profissionais de educação, a política de material didático e paradidático, a gestão democrática e mecanismos de participação social, a avaliação e monitoramento e as condições institucionais. Assim, refere-se à necessidade de regulamentação das leis e diretrizes para que realmente sejam estabelecidas nos âmbitos escolares. Também percebe a emergência da formação dos profissionais educadores e o fornecimento de material adequado para que possam trabalhar a temática. Reafirma a importância da participação social no ambiente escolar para que haja democracia e avaliação dos resultados obtidos com os projetos e atividades voltados à educação das relações étnico raciais. Por fim, traz a indicação de como fazer com que, administrativamente, os marcos legais sejam postos em prática<sup>42</sup>.

### 3. RESULTADOS DA PESQUISA

#### 3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL

Esse estudo foi realizado no município de Belo Campo que situa-se no Sudoeste da Bahia e tem uma população estimada de 17.317 habitantes, com uma área de 629.068 Km<sup>2</sup>. O povoamento da área se deu no final do século XIX,

---

<sup>40</sup> SILVA, Kilma Maria Buonafina; FALCAO, Andreia Da Camara Lima; MOURA, Dayse. **Educação das relações étnico-raciais: os desafios para a implementação da lei 10639 na rede municipal de Recife.** 2012

<sup>41</sup> BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** 2013.

<sup>42</sup> BRASIL, od. cit., 2013

por fazendeiros oriundos do município de Tremedal, pertencendo à Vitória da Conquista de 27 de agosto de 1915 à 22 de fevereiro de 1962, sendo desmembrado pela Lei Estadual 1.623/1962, assinada pelo, então governador do estado, Juracy Magalhães. De acordo com essa lei, o município seria composto por dois distritos, Belo Campo (sede) e Quaraçu, sendo administrados por Vitória da Conquista até o ano de 1963, após as eleições municipais<sup>43</sup>.

A instituição escolar em que se desenvolveu a pesquisa, no ano letivo de 2018, pertence ao povoado do Timbó, o qual é considerado um dos povoados com melhor desenvolvimento do município de Belo Campo, principalmente, pela questão educacional, já que possui o único colégio da região com Ensino Fundamental II e Ensino Médio, devido à parceria realizada entre a Prefeitura e o Estado.

O povoado possui poucos habitantes, em sua grande parte, de gerações familiares. Com o intuito de caracterizar de forma breve as condições de vida da população, pode-se citar que assim como, na maior parte dos povoados de Belo Campo, o acesso ao trabalho encontrado é na lavoura, pecuária e produção de farinha de mandioca. A renda de muitos dos menos favorecidos é complementada com auxílio governamental e parte da alimentação é proveniente da própria produção agrícola e criação de animais para abate.

O colégio do Timbó atende a população de mais de dezoito povoados que ficam em seu entorno e, atualmente, trabalha com as modalidades de Ensino fundamental II, Ensino Médio (extensão de um colégio estadual da sede de Belo Campo) e EJA - Educação de Jovens e Adultos. São 176 alunos no fundamental II, 22 na EJA e 89 no Ensino Médio, totalizando 287 alunos na escola. Destes, 20 alunos são quilombolas, 9 matriculados no ensino regular e 11 na EJA. A instituição conta com 19 professores com formação de nível superior, além de colaboradores na gestores, coordenação pedagógica e serviços gerais.

### 3.2. PERCEPÇÕES E REALIDADES DE ALUNOS E EDUCADORES SOBRE A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO MÉDIO

Para a composição deste estudo foram pesquisados setenta e seis alunos do

---

<sup>43</sup> BAHIA. **Lei nº 1623** de 22 de fevereiro de 1962, cria o município de Belo Campo, desmembrado do de Vitória da Conquista.

Ensino Médio da Instituição e nove educadores, dentre eles professores, gestores e o Secretário de Educação do município. Os alunos que participaram da pesquisa, em sua maioria, têm estudado no colégio desde o 6º ano do Ensino Fundamental. Desta forma, percebe-se que têm propriedade ao falar de suas experiências e vivências na instituição, os quais possuem, em sua maioria, entre quatro e cinco anos na escola. Já os educadores possuem em média dezessete anos de atuação na área educacional e todos têm formação em nível superior, atuando no Colégio há mais de quatro anos.

Ao serem questionados sobre a percepção sobre discriminação racial, 61% dos alunos relatam perceber tal diferenciação no tratamento para com os negros na instituição em questão. Além disso, os educandos revelam que o sentimento de exclusão racial também os acomete no ambiente escolar, sendo estes 11%.

Esses dados demonstram que as relações sociais estão sendo afetadas pelas concepções raciais no ambiente escolar, um problema perceptível aos indivíduos que ali estudam. Ao relatar que observam esse tipo de tratamento aos negros, inferem a real necessidade de intervenção educacional para geração de reflexão e transformação de atitudes como essas. Muitas vezes, os indivíduos carregam ideologias concebidas no seio comunitário ou familiar e não têm esclarecimento devido para mudar suas ideias retrógradas, como no caso dos alunos de 9% dos alunos entrevistados que conceituaram o racismo como prática errônea, mas assumiram-se como racistas.

De acordo com 83% dos educadores pesquisados não há percepção de diferenciação entre negros e brancos no ambiente escolar, inferindo que nunca perceberam nenhum tratamento racista ou discriminatório no ambiente. Esse dado contrasta de forma significativa com os relatos dos alunos, tendo em vista que a maioria destes alunos observa que os negros são tratados de forma diferenciada na escola. Neste achado, encontra-se um dado preocupante, tendo em vista que o que não é enxergado como problema não precisa de atos para solução. Assim, quando os educadores admitem que não há discriminação no ambiente não há motivos explícitos para o combate ao racismo, educação para as relações étnico-raciais saudáveis e conscientização dos alunos e profissionais sobre a temática.

Contraopondo à percepção acima, 67% dos educadores relatam já ter ouvido ou percebido racismo no ambiente escolar, porém, 33% afirmam não haver

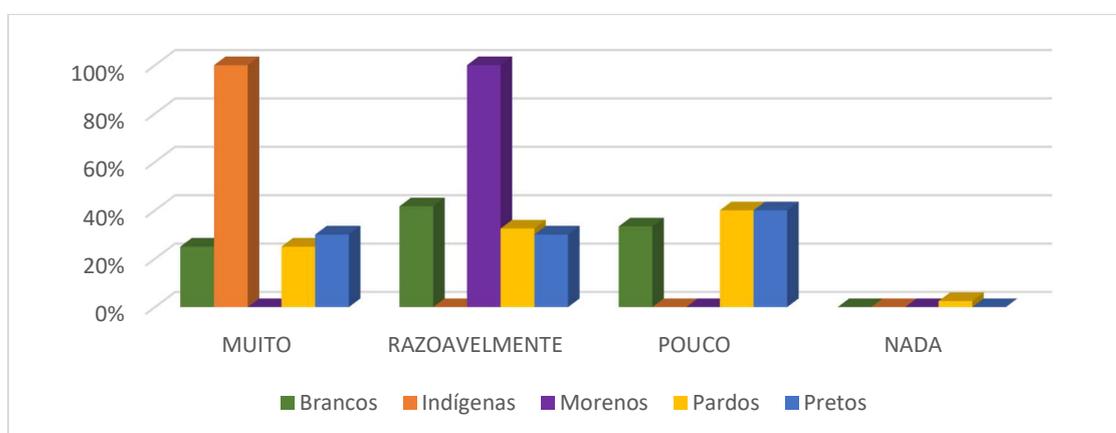
tais práticas no ambiente em que atuam. Os professores que afirmam a existência de racismo na escola denotam que os atos de racismo são entre colegas em sala de aula, mas também revelam que professores da instituição demonstram seu racismo tanto em meio aos professores, quanto aos alunos. Todos os professores que verificaram práticas racistas para com os alunos relataram que as práticas foram dirigidas aos negros.

Por outro lado, a crença de não vislumbre do racismo sofrido pelos alunos na instituição perfaz-se no seguinte relato do gestor escolar:

Pelo pouco tempo que estou na gestão da instituição eu não tenho nenhum registro deste tipo, mas é sabido que no Brasil, o racismo é uma temática que precisa ser discutida constantemente no âmbito educacional e outros setores da sociedade, isto porque se trata de uma prática que, de certa forma, é camuflada no país como se fosse algo presente apenas no imaginário de alguns indivíduos vítimas deste e não um fato consumado que é visto na realidade cotidiana.

Abarcando esse relato acima, tal dado pode ser causador de 74% dos alunos afirmam que a instituição escolar não tem contribuído para o combate ao racismo como deveria. Ao passo que não percebendo problemas não há necessidade de medidas, sejam preventivas ou corretivas, no ambiente escolar, os educadores podem estar sendo omissos, gerando perpetuação do racismo nesse contexto social.

Abaixo o gráfico 1 demonstra as respostas dos alunos alocadas por cor/raça declarada. Neste gráfico é possível verificar que os pardos e pretos são os respondentes que mais se mostram insatisfeitos com a contribuição escolar para a erradicação da prática racista. Nisto, pode-se inferir que estes também são os indivíduos que mais sofrem com a discriminação racial no ambiente.



**Gráfico 1: Contribuição escolar no combate ao racismo**

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

Quando questionados sobre a contribuição da escola para que cada indivíduo se sinta bem com sua imagem e raça/cor 44% afirmam não haver contribuição do processo escolar para isso. Segundo eles, fala-se superficialmente da questão, mas não há trabalho contínuo para tratar de questões raciais na instituição. O aluno AL13Pr (aluno número 13, autodeclarado como preto), relata sobre a escola:

De certa maneira prega umas coisas e depois vem com o inverso do que pregou. Alguns que tá lá na liderança agem de forma errada e não dão exemplo. Acho que por fazer piadas com alunos ou por brincar, mesmo não percebendo os alunos se sentem mal.

Salienta-se que esses 44% que afirmam não haver contribuição escolar para orgulhar-se de sua raça/cor são os mesmos alunos que sofrem ou sofreram preconceito racial, mesmo acreditando, muitas vezes, ser em brincadeiras. Por outro lado, 86% dos alunos que se consideram negros, afirmam que a escola tem os ajudado a se valorizar como tal.

Alguns alunos relataram no questionário que tinham a ideia de que os negros eram inferiores, mas mudaram de concepção ao entender mais sobre a história e cultura deles. Nas entrevistas percebem-se relatos como o da aluna AL8B (aluna número 8, autodeclarada branca),

Acho que eu pensava assim porque antes eles eram, sempre foram tratados como escravos e eles eram dominados por todos. Mas ao longo do tempo eu pude perceber que isso só acontecia porque eles não tinham uma, como posso dizer? Uma força e uma possibilidade de sair dessa situação. Mas acho que agora tem vários meios e pessoas que podem ajudar. Vários meios de sair dessas situações e mostrar pra todos que ninguém é melhor do que ninguém. Que cada um tem as suas diferenças, mas somos todos iguais.

Dos alunos que responderam ao questionário, 22% afirmam que a escola os ajudou a entender que os negros não são inferiores, como acreditavam antes. Esse dado revela que a educação tem grande potencial de desmistificação de conceitos de superioridade de raça através da expansão do conhecimento. Foi possível observar, ainda, que 8% são do 1º ano, 7% do 2º ano e 7% do 3º ano. Nisto, percebe-se que em todas as séries escolares, existem educandos que possuíam pensamentos obsoletos sobre a população negra e que foram auxiliados pelo processo educacional a destruírem seus preconceitos.

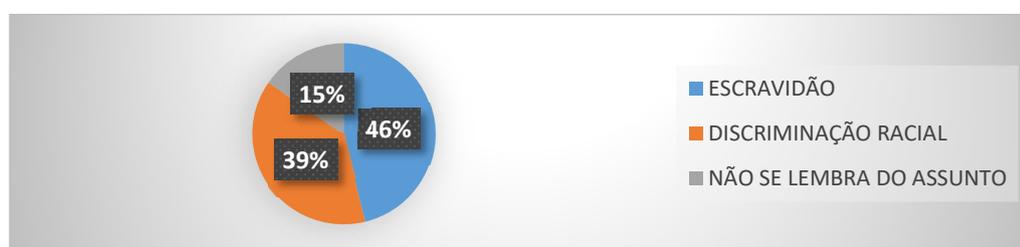
No relato abaixo, consegue-se apreender mais sobre a ideia dos alunos sobre os negros serem inferiores:

Bom, antes eu não tinha o conhecimento e antes, realmente, eram considerados inferiores por conta da história, por conta da raça branca ser considerada raça pura e os negros serem considerados a raça inferior. Além de aprender nos livros já teve muitas palestras no lugar onde eu moro.

(Aluno número 14, autodeclarado preto, 2018)

Consegue-se nesse trecho compreender como a falta de conhecimento sobre a história e sobre as raízes do preconceito faz com que o indivíduo acomode pensamentos preconceituosos, muitas vezes, contra si próprio. Este aluno, por exemplo, admite que se entendia como pertencente à raça inferior, não pura. Tais reflexões para mudança de concepções foram incentivadas tanto pela escola, quanto pela comunidade, demonstrando o quanto é necessário que se discuta e que se coloque em pauta a temática racial.

Também foi questionado aos alunos se os livros didáticos do Ensino Médio tratam da questão étnico-racial, abordando a história e cultura africana e/ou afro-brasileira. Segundo 72% dos alunos, os livros didáticos abordam assuntos relacionados aos africanos e afrodescendentes, enquanto 28% revelam não ter visto nenhum assunto a esse respeito em seus livros didáticos.



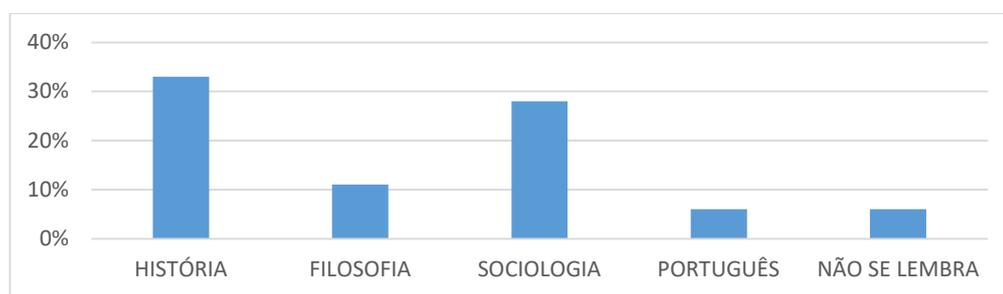
**Gráfico 2: Assuntos relacionados a questões étnico-raciais nos livros didáticos**

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

Em relação ao conteúdo abordado nos livros, a escravidão aparece como principal assunto temático, seguido da discriminação racial. Apesar de apenas 39% ter vislumbrado a discriminação racial nos livros didáticos e ter o relato de não haver projetos que se destinem às questões raciais na instituição, 78% dos entrevistados afirmam já ter tido discussão sobre a temática racial em sala de aula e 91% afirmam que já ouviu falar sobre o tema racismo e/ou preconceito racial em alguma aula, o que pode ter sido gerador do relato de modificação de pensamentos racistas, como citado anteriormente.

Todos os professores admitem a importância de trabalhar a Educação das Relações Étnico-Raciais, na qual a maioria, relatando que por observar situações corriqueiras de racismo o assunto precisa ser discutido e lembrado para que os alunos modifiquem suas visões sobre o assunto. Porém, 67% afirmam ter dificuldades em trabalhar os conteúdos relacionados à temática, 50% por falta de material didático e 33,4% por nem sempre encontrar formas para falar do assunto sem que haja interpretação errônea.

No gráfico 3 é possível verificar que as disciplinas de história e sociologia são as mais citadas como realizadoras dessas discussões através de pesquisas, aulas expositivas e debates.



**Gráfico 3: Disciplinas que abordaram a temática racial no Ensino Médio**

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

Segundo os professores de Sociologia, Biologia, História e Filosofia o assunto sempre é abordado em suas aulas. Já segundo a educadora de Língua Portuguesa essa abordagem nunca foi realizada em suas aulas, pois acompanha o conteúdo do livro didático, o qual não trata da temática. Esse relato dos professores corrobora com o relato dos alunos, com exceção da disciplina de Biologia que não foi citada por eles como influenciadora da reflexão sobre as questões étnico-raciais.

Especificamente sobre o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira os alunos citaram já ter visto o assunto no Ensino Fundamental, na disciplina de Cultura Africana. Essa última matéria não está sendo mais lecionada, pois o município a tirou da grade curricular. Dos 89% que afirmaram ter visto o conteúdo, 80% citam a disciplina do ensino fundamental como precursora do assunto, enquanto 20% não se recordam sobre a disciplina que fez a abordagem.

No relato dos educadores que acompanharam a retirada da disciplina do currículo escolar municipal aponta-se que essa decisão foi tomada tendo em vista

outras disciplinas que foram consideradas mais importantes ao contexto educacional, como a de Técnicas Agrícolas. Os profissionais contam que o ensino da história e cultura africana foi tido como assunto já abordado na disciplina de história, não havendo necessidade de uma matéria específica. Por sua vez, a educadora de história relatou a impossibilidade de trabalhar de forma efetiva o assunto tendo em vista a quantidade de conteúdos específicos que são cobrados de forma mais eminente nas avaliações nacionais, motivo qual a faz falar sobre fatos como escravidão e abolição, por exemplo, mas não aprofundar sobre a história e cultura dos negros.

Os assuntos citados pelos alunos como pertencentes aos conteúdos de cultura e história africana e afro-brasileira versam sobre escravidão, danças e comidas africanas, preconceito racial e quilombos. Apesar de os alunos afirmarem terem visto esses conteúdos, observa-se no decorrer da pesquisa, que pouco sabem sobre quilombos, danças e outras culturas africanas. Essa análise abre-se para a perspectiva de que os alunos viram tais assuntos há muito tempo e não se recordam mais dos conteúdos, fato que demonstra uma lacuna na abordagem educacional pregada pela Lei 10.639 que busca dentre outros objetivos a valorização da cultura e história dos negros. Percebe-se, assim, que a maioria dos alunos não se recorda dos conteúdos abordados, porém afirmam saber que já lhes foi ensinado ao recordar-se do nome da disciplina.

Diante deste cenário foi perguntado aos alunos se estes acreditavam que a escola estaria contribuindo para o conhecimento sobre história e cultura africana e afro-brasileira. Segundo 61% dos alunos entrevistados a escola não tem dado nenhuma contribuição para esse aprendizado, somado aos alunos que disseram que a contribuição tem sido pouca têm-se um resultado de 94% de alunos que consideram a contribuição insuficiente. Os demais alunos relatam que tem contribuído de forma razoável.

Tendo em vista as respostas dos alunos, ficou perceptível que conseguem compreender a importância de tratar sobre a temática racial no ambiente escolar, ao passo que demonstram maturidade para entender de forma razoável o objetivo da Educação das Relações Étnico-Raciais. Dentre os motivos citados pelos educandos para a importância da temática encontram-se: conhecer a história para diminuir o preconceito racial; conscientizar os alunos sobre o racismo e suas

consequências e; aumentar o respeito mútuo.

De acordo com os educadores é necessário atender as diretrizes legislativas e promover projetos que visem a interdisciplinaridade como forma de discutir a temática com os alunos e gerar práticas conscientes em relação à diversidade racial. Mas nas respostas dos alunos há caracterização de que não há trabalho escolar desenvolvido com base nas concepções e diretrizes da educação das relações étnico-raciais que seja efetivo, atualmente. Ainda, 78% afirmam não haver projetos que abordem a temática racial no colégio ou discussões pontuais sobre o tema.

Metade dos professores conhece a Lei 10.639/03 que trata da Educação das Relações Étnico-Raciais. Porém, 33,4% afirmam que sabe da existência, mas não se recorda do conteúdo. Esse dado revela que muitos educadores não têm conhecimento sobre as leis e não são incentivados a conhecê-las com vistas a serem postas em prática. Ainda, em relação à concepção sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais, verifica-se que mais de 30% dos educadores não sabem definir do que se trata, demonstrando que não há inclusão efetiva de suas diretrizes no planejamento educacional da instituição.

Os educandos, assim como professores, afirmam que há um projeto a ser realizado na semana da Consciência Negra, mas nos últimos anos esse projeto não foi realizado, ficando apenas no papel. Após a pesquisa, percebeu-se que o corpo docente e gestor põem-se com mais afinco para a concretização do projeto, realizando um encontro no início do mês de novembro do presente ano sobre a temática. De acordo com as imagens e reportagens postadas no blog da Secretaria Municipal de Educação percebeu-se que foram realizados desfiles temáticos com alunas e alunos negros, apresentação de capoeira, pesquisas de imagens que retratavam a população negra e palestras sobre o tema. Nisto, observa-se um reflexo positivo sobre a necessidade de tratar sobre a temática ao chamar a atenção dos educadores com a pesquisa para composição da dissertação da qual esse artigo surgiu. Através da instigação dos educadores e alunos o tema ressurgiu e foi um impulso para que se voltasse a discutir sobre o assunto e houvesse esforço para a realização do projeto.

Embora saiba-se que realizar um projeto anualmente não seja o que se espera de uma educação que contribua para firmar a igualdade racial e erradicar

o racismo na sociedade, admite-se que a reflexão educacional em atos como esses pode fazer grande diferença nas relações sociais do cotidiano, fazendo com que os alunos reflitam sobre suas identidades e consigam enxergar-se de maneira positiva, além de poder atingir pessoas que têm pensamentos racistas para que revejam seus posicionamentos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo foi possível perceber que a colaboração da escola não tem sido tão efetiva quanto deveria e poderia. Há casos em que se observa transformação da opinião dos alunos através da reflexão e da aprendizagem sobre a história e cultura negra, porém a maior parte destes alunos infere que essa modificação se deu por conhecimentos adquiridos fora do ambiente escolar, principalmente, em suas comunidades e famílias, dando pouca ênfase à contribuição da escola. O avanço percebido, precisa ser levado em consideração, mas ao mesmo tempo que demonstra um reflexo positivo, deixa à vista a lacuna aberta onde a escola poderia ser mais incisiva em sua atuação, visando a melhoria das relações sociais de seus alunos e educadores; influenciando positivamente na consciência identitária individual e; fazendo-se conhecer a história e a cultura negra como forma de esclarecimento da realidade escondida pela agressão gerada através de séculos de opressão e racismo.

Ressalta-se, nessa finalização, que a extinção da disciplina Educação Africana e Afro-brasileira foi uma perda no sentido da construção de conceitos e na desmistificação da má imagem pregada sobre o negro, suas culturas, histórias e tradições. Ainda, que os educadores percebem a importância da temática através dos discursos coletados, mas a efetividade na prática não tem sido a mesma relatada. Aos educadores cabe o conhecimento sobre os problemas apresentados e a diferença que a Educação das Relações Étnico-Raciais faz na formação de indivíduos conscientes de seus atos e da necessidade de mudança através da educação.

Infere-se, ainda, que cabe, também, à gestão educacional maior incentivo à abordagem das disciplinas sobre a temática étnico-racial, conscientizando os educadores e dando-lhes bases para atuar sobre o problema constatado,

auxiliando no convívio e formação coletiva, mas também no sentimento individual que atinge boa parte dos alunos sobre si ao serem vítimas da estigmatização e do preconceito racial.

A educação tem grande potencial para atuar na construção da cidadania do indivíduo e na formação da identidade de seus educandos. Não se pode deixar que esse potencial seja omitido e desprezado ao importar-se mais com a formação conteudista e preparatória para avaliações de desempenho lógico. A formação cidadã, reflexiva e crítica para a convivência social e socialização é essencial para o desenvolvimento humano pautado no respeito e na valorização do outro como ser de direitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda. **Uma leitura do racismo à brasileira' a partir do futebol**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: [www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/305306\\_Abrahao%20\(M\)%20-%20Uma%20leitura%20do%20racismo%20a%20brasileira.pdf](http://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/305306_Abrahao%20(M)%20-%20Uma%20leitura%20do%20racismo%20a%20brasileira.pdf).

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil** / Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BAHIA. **Lei nº 1623** de 22 de fevereiro de 1962, cria o município de Belo Campo, desmembrado do de Vitória da Conquista. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-1623-1962-bahia-cria-o-municipio-de-belocampo-desmembrado-do-de-vitoria-da-conquista>.

BARROSO, Maria Alice. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1988.

BERTOLDO, Mário. O indivíduo negro na sociedade e o papel da escola na desconstrução do racismo. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**, 2014. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_unespar-campomourao\\_geo\\_artigo\\_mario\\_bertoldo.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unespar-campomourao_geo_artigo_mario_bertoldo.pdf).

BERTULIO, Dora Lucia de Lima. **Racismo, violência e direitos humanos**. 2001. Disponível em: [HTTP://152.92.152.60/web/olped/documentos/2296.pdf](http://152.92.152.60/web/olped/documentos/2296.pdf).

BRASIL. Ministério da Educação. **História e cultura africana na Educação Infantil**. Brasília, MEC/SECADI, UFSCar, 2014

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2013. Disponível em: [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mec/diretrizes\\_curriculares\\_etnicorraciais\\_mec\\_2013.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mec/diretrizes_curriculares_etnicorraciais_mec_2013.pdf).

CALASANS, Bruna Santos; SANTOS, Elisane Alves; CRUZ, Franciele Viana; SANTOS, Mateus Gonçalves Ferreira; ARAÚJO, Maria do Carmo. Democracia racial e a estigmatização do negro na mídia e na sociedade brasileira. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Natal - RN – 2 a 4/07/2015. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015>

CAMINO, Leoncio; SILVA, Patrícia; MACHADO, Aline; PEREIRA, Cícero. A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicossociológica. **Revista psicologia política**, 2000. Disponível em: [http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos\\_pub/artigo\\_4.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos_pub/artigo_4.pdf)

CICONELLO, Alexandre. O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial. **Poverty to Power**, 2008. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/03/O-desafio-de-eliminar-o-racismo-noBrasil.pdf>.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO Wilma De Nazaré Baía. A lei no. 10.639/03 e consciência histórica: ensino de História e os desafios da Diversidade. XXVI Simpósio Nacional de História. **ANPUH**. Natal, RN, 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364074796\\_ARQUIVO\\_TEXTOA\\_NPUHNATAL2013-MAUROCEZARCOELHOeWILMABAIACOELHO.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364074796_ARQUIVO_TEXTOA_NPUHNATAL2013-MAUROCEZARCOELHOeWILMABAIACOELHO.pdf).

FARIAS, Alípio Magno Oliveira. A educação das relações étnico-raciais: a experiência da escola estadual porto em João Pessoa/PB. 2014. 49f. **Monografia** (Especialização em Fundamentos de Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/9773>.

FERREIRA, Thaís dos Reis. **A negra**: Diálogos entre a obra de Tarsila do Amaral e o feminismo negro. Centro de Estudos Latino-Americanos, USP, 2017. Disponível em: <http://paineira.usp.br/celacc/?q=pt-br/celacc-tcc/975/detalhe>.

FRANÇA, Ana Carolina Araújo. **Políticas educacionais**: discutindo a efetividade da lei 10.639/03 no Plano Nacional de Educação - 2014-2024. VII jornada internacional de políticas públicas, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/politicas-educacionais-discutindo-a-efetividade-da-lei-10639-03-no-plano-nacional-de-educacao---2014-2024.pdf>.

FREITAS, Madalena Dias Silva. Refletir sobre a história do negro no Brasil: uma resposta ao racismo. **II Congresso de Educação** – UEG/UnU Iporá. 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6110302-Refletir-sobre-a-historia-do-negro-no-brasil-uma-reposta-ao-racismo.html>.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na Educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **ANPAE**, 2010. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf>.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003. <https://doi.org/10.1590/s1517-97022003000100008>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Estimada de Belo Campo, 2018.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/belocampo/panorama>.

LONGO, Isis S. **O estigma dos três Ps: pobre, preto, da periferia.** A visão de adolescentes da Comunidade Heliópolis. 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cjaba/n1/17.pdf>

OLIVEIRA, Niltania Brito; SANTOS, Arlete Ramos. O conceito de raça e racismo com base na construção Histórico social. **Anais UESC**, 2015. Disponível em: [http://nead.uesc.br/jornaped/anais\\_2015/educacao\\_diversidade\\_inclusao/O\\_CO\\_NCEITO\\_DE\\_RACA\\_E\\_RACISMO\\_COM\\_BASE\\_NA\\_CONSTRUCAO\\_HISTORICO\\_SOCIAL.pdf](http://nead.uesc.br/jornaped/anais_2015/educacao_diversidade_inclusao/O_CO_NCEITO_DE_RACA_E_RACISMO_COM_BASE_NA_CONSTRUCAO_HISTORICO_SOCIAL.pdf).

SANTOS, Oswaldo de Oliveira. **Cidadania: expressão do encontro da misericórdia com a verdade.** 2010. Disponível em: <https://portal.metodista.br/nfc/producao/artigos/Cidadania-expressao-do-encontro-damisericordia-com-a-verdade.pdf>

SILVA, Kilma Maria Buonafina; FALCAO, Andreia Da Camara Lima; MOURA, Dayse. **Educação das relações étnico-raciais: os desafios para a implementação da lei 10639 na rede municipal de Recife.** 2012.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Educação**, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/2745/2092>.

TEIXEIRA, Erika Ferraz; CAMPOS, Josué de; GOELZER, Marlene Márcia. **A permanência do racismo na sociedade brasileira.** 2014. Disponível em <http://www2.seduc.mt.gov.br/-/a-permanencia-do-racismo-na-sociedade-brasilei-1>.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **O racismo através da história: da antiguidade à modernidade.** 2007. Disponível em: [http://www.ipeafro.org.br/10\\_afro\\_em\\_foco/index.htm](http://www.ipeafro.org.br/10_afro_em_foco/index.htm).

**Luana Lima Bittencourt Silval:** Mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Possui graduação em Administração pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2016). Tem experiência na área de Administração e Educação Profissionalizante, com ênfase em administração, finanças, preparatória para admissão no ensino superior, atendimento, gestão, empreendedorismo e outros. Interesse em pesquisa e estudo nas áreas de Administração, Gestão, Educação e Políticas Públicas Sociais e Educacionais.

**Mary Weinstein:** Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e

Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutora pelo Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade da Faculdade de Comunicação (2012) da Universidade Federal da Bahia, mestre em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (2005), graduada em Comunicação, com habilitação em jornalismo (1985) e em Licenciatura em Dança (1982), também, pela Universidade Federal da Bahia.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

**Artigo recebido para publicação em:** Outubro de 2019.

**Artigo aprovado para publicação em:** Dezembro de 2019.